

O APROVEITAMENTO ECONÓMICO DAS NAÇÕES MUNDIAIS ATRAVÉS DA COVID-19, NUMA PERSPECTIVA ANGOLANA

THE ECONOMICAL ADVANTADGE OF THE WORLD NATIONS THROUGH COVID-19, IN AN ANGOLAN PERSPECTIVE

AUTOR: Mestrando. Neves Coquilo António. Professor Assistente

Chefe do Departamento de Línguas Instituto Superior Politécnico do Bié, Angola

Endereço da Instituição a que o autor pertence: Antiga Universidade José Eduardo dos Santos (Escola Superior Politécnica do Bié), actual Instituto Superior Politécnico do Bié, localizada na rua Padre Fidalgo

E-mails: coquilo1976@yahoo.com

Telefones: (244) 947263536

Tipo de publicação: Ensaio Científico

<https://orcid.org/0000-0003-0449-838X>

Resumo

A COVID-19, está desafiando as unidades sanitárias de todo o planeta terra, demonstrando que o ser humano não evoluiu tanto quanto pensava-se. Questiona-se porém, a falta de uma vacina eficaz para erradicar um vírus criado e que sabe-se que este pode ser eliminado com água e sabão. O que torna os cientistas da área muito perplexos. O aproveitamento económico das nações mundiais através da covid-19, numa perspectiva angolana. Aborda comportamentos indecorosos da espécie que outrora fora dominadora e que torna-se agora a mais vulnerável (o ser humano). Ainda que esta doença abranja todas as classes sociais, nota-se alguma distinção em termos de vulnerabilidade no que tange a recuperação da doença entre ricos e pobres. Os países desenvolvidos em aspectos políticos, económicos e sociais, promovem a falência múltipla dos países do terceiro mundo. Porém a defesa de um sistema soberano, colectivo e solidário precisa ser incorporada no planeta, para evitar a extinção massiva da espécie humana. Visto que muitos estados não possuem organização para administrar devidamente seus países tendo em conta a nova ordem mundial imposta pelos países desenvolvidos, rompendo com qualquer sistema que não se alinhe aos interesses monopolistas. O presente artigo contribui para a reflexão da necessidade de se estabelecer um sistema único que pense no colectivismo e não em procura de obter vantagens pelo meio da pandemia do coronavírus, obrigando os sistemas mais vulneráveis a adquirirem dívidas para sobreviverem.

Palavras-chave: vacina eficaz; falência múltipla; terceiro mundo; espécie humana; sistemas mais vulneráveis.

Abstract

COVID-19, it is challenging the sanitary units of the whole earth planet, demonstrating that the human being didn't develop as much as it was thought. Then it is questioned, the lack

of an effective vaccine to eradicate a created virus and that it is known that it can be eliminated by water and soap. This turns the scientists of the area very perplexed. The economic exploitation of the world nations through the covid-19, in an Angolan perspective, approaches obscene behaviors of the species that formerly had been dominant and that it is becoming the most vulnerable now (the human being). Although this disease includes all the social classes, some distinction is noticed in vulnerability terms with respect to recovery of the disease between rich and poor people. The developed countries in political, economic and social aspects, promote the multiple economic failure of the third world countries. Then the defense of a sovereign system, collective and solidary need to be incorporate in the planet, to avoid the massive extinction of the human species. Evidently many states don't possess the organization to administer their countries properly taking into account the new world order imposed by the developed countries, breaking up with any system that doesn't join to the monopolist interests. The present article contributes to the reflection of the need of establishing a unique system that thinks in the collectivism and not in search of obtaining advantages by the means of the pandemic of the coronavirus, forcing the most vulnerable systems acquiring debts for surviving.

Key-words: effective vaccine; multiple bankruptcy; third world; human species; more vulnerable systems.

Introdução

É sobre o espírito de ganancia desmedida tangentes a produção e reprodução do ser humano que o mundo depara-se com uma pandemia que ameaça a vida, assim o representa o Corona vírus. Apesar da ideia de este vírus iguala a todos diante do contágio e da morte, sabemos que não é bem verdade. A população mais pobre está mais exposta a contaminação e a transmissão da pandemia, devido a falta de acesso aos equipamentos de protecção e as terapias necessárias ao tratamento. Que em muitas realidades, as melhores condições hospitalares encontram-se em clinicas privadas, valorizando mais o dinheiro do que vida.

Enquanto governos discutem e debatem acerca de aumentos de orçamentos para a área de saúde, incentivando criar pesquisas e comprar materiais de protecção para as milhares de pessoas que são internadas pela crescente contaminação da covid-19, confronta-se também com duas paixões que sofrem controlo por parte do poder: o medo e a negação. Estas atitudes levam o artigo às duas tentações comuns diante desta realidade: a de ceder às profecias catastróficas do pânico ou se ajuntar aos de negações. A desorientação pela angústia faz com que todos procurem uma resposta. Clarice Lispector (1991) dizia ter medo de viver o que não entendia, por isso preferia a falsa segurança de achar que tudo compreendia.

O pânico, do qual o mártir Martin Luther King identificava como “correnteza” do medo, é imaginário. Diferente do medo real, ele aterroriza e paralisa a alma.

A negação, a outra face do medo, é uma reacção da angústia à própria angústia. É um estado de espírito que precede qualquer acontecimento e se satisfaz com a divergência da verdade e dos factos. Basta a antipatia com algo ou alguém para que a negação seja produzida. Quem vai ser simpático a um vírus carregado de mortes? A não ser os que por fins lucrativos agem! A negação é filha da vaidade e, como sabe-se, os vaidosos são arrogantes quando se trata de algo que provoca indecisão. Uma das formas de matar a angústia é negar o que a provoca.

A pandemia do Coronavírus, é tratada com pânico ou negação. O mundo luta para encontrar possíveis vacinas diante deste mal invisível. Se os mais precavidos resolvem seguir as orientações de órgãos competentes como a OMS, talvez sentir-se-iam tranquilizados por estarem somente a obedecer orientações ainda que não garantam segurança eficaz, visto que o ser humano sempre esteve munido de decisões. Há os que entendem que a economia e o funcionamento dos meios de produção não podem parar, ainda que custe a vida dos funcionários. Não é pelo pânico e, tampouco pela negação, que vamos deter o alombamento, mas por valores como cuidado e solidariedade com aqueles que estão mais vulneráveis: os mendigos, pobres e os funcionários que dependem da venda de suas forças de trabalho, que na maioria dos casos, o salário mal chega para comerem dignamente.

A humanidade já passou por vários flagelos e sobreviveu a eles. É preciso incentivar as pesquisas científicas, tendo fé. Todas nações deveriam apoiar a OMS com contribuições de modos a criarem fundos globais que visam dar soluções ao combate de pandemias, cujas soluções sejam distribuídas de forma gratuitas, ao invés de criarem políticas que aterrorizar populações vulneráveis do mundo, obrigando seus governos a adquirirem recursos por meio de dívidas para atender suas populações.

Há poder nas mãos dos que enganam, mas há também o poder nos que se deixam enganar, entendendo que a única forma de sobreviver é aceitar a ideologia dominante. Os que enganam sabem, com raras exceções, que estão impondo uma farsa e querem que todos acreditem; os que se deixam enganar justificam sua ignorância ao acreditar cegamente nos primeiros. A diferença é visível. É preciso cultivar a capacidade de ver. A visão se tornou um artigo de qualidade e se diferencia da cegueira quando se trata de enxergar a verdade e lutar por ela. Esta verdade é a que de facto liberta e não a que se é manipulada em prol de um poder que exalta o mercado financeiro em detrimento da vida.

O ensaísta inglês, George Orwell, autor de “A Revolução dos Bichos” (2007), observou que numa época em que os enganos se tornam comuns, optar pela verdade é um acto de coragem. Para ele, mentiras e ódio geralmente vêm de pessoas que não se importam. Cultivar a visão e ampliá-la é uma arte que pode nos ajudar no cuidado. Enquanto para Rubem Alves (2015) dizia que o acto de “ver” vai além do acto de enxergar. A que se referia? Segundo ele, o acto de ver precisa ser aprendido.

Jesus Cristo (Lucas, 6:39), referindo-se à condução religiosa e política, se opôs ao sistema cruel das autoridades da época que lucravam com a alienação de um povo que, conduzido pelo medo, preferia a cegueira do que a própria visão. Cegueira é metáfora usada para a alienação: “porventura pode um cego guiar outro cego? Não cairão ambos no barranco?”. Quantos cegos não se vangloriam da própria cegueira? A resposta seria, muitos.

Podemos lembrar uma frase de Shakespeare em Rei Lear (2001):

Contextualizando podemos que em Angola existem os que resistem ao medo, ao engano, temendo ver a verdade e viver por ela. Há cegos guiando cegos e há os que lutam contra a cegueira mental e espiritual que leva à opressão e à morte. Os pobres são as maiores vítimas deste sistema que acorrenta, explora e leva à morte. Esta é a classe maioritária em Angola onde actualmente a desigualdade social é uma das maiores do mundo. Havendo um auge quanto ao número de desempregados e miseráveis vendendo sua força de trabalho por um salário de fome, e ainda são obrigados a pagarem impostos mal justificados, enquanto poucos, donos dos meios de produção e do capital, acumulam riquezas e influenciam o estado no poder, segundo seus interesses económicos, não só os poderes da república, mas uma grande massa disposta, pela cegueira, a viver segundo os interesses deste poder. Um sistema interessado somente na economia, lucro e a acumulação de capitais, não se importam com a vida humana. Qual é o sentido da vida? Produzir e gerar riqueza? Quando se trata de analisar o problema da pandemia da covid-19, pode-se inferir que os maiores afectados são: os pobres, os oprimidos, os trabalhadores que nada têm a não ser a necessidade de sobrevivência e por isso, se entregam numa produção que os desvalorizam. Quanto mais rico e poderoso o mundo exterior, mais impotente e pobre é o mundo interior (VASQUEZ, 1968).

A pandemia veio para que pudéssemos reflectir e avaliar a relação da produção humana. Quais são os valores que realmente interessam?

A situação pandémica gere a elaboração do seguinte problema científico: **Como otimizar o rendimento económico das nações mundiais em prol da valorização do ser humano diante de situações como a covid-19, numa perspectiva angolana.**

Para conseguir esta optimização este artigo propõe-se como objectivo: **Elaborar um conjunto de medidas persuasivas com realce a resolução dos problemas do povo para o asseguramento das condições de vida, propiciando um aperfeiçoamento das mesmas diante da perspectiva angolana.**

Neste artigo utiliza-se fundamentalmente:

✓ **A observação** como o registro confiável do relatório da ONU sobre a situação da fome no planeta, prevendo os efeitos da covid-19 no mundo. Em particular em Angola.

✓ **O inquérito** com o objectivo de conhecer as opiniões e interesses dos angolanos acerca dos efeitos negativos da covid-19, para as populações mais vulneráveis de Angola e conhecer a opinião com respeito a gestão governamental durante este período de pandemia.

Para uma possível avaliação realizada acerca do rendimento mínimo imprescindível dos funcionários na função pública, porem traçou-se como objectivo principal: **Determinar o salário base minimamente exigido pelos níveis de vida, que visam garantir a sustentabilidade das famílias mais vulneráveis de Angola.**

DESENVOLVIMENTO

Essa discussão nos leva a reflectir que há, neste momento, uma dualidade latente que pode ser explicada pelas escolas clássicas das Relações Internacionais. De um lado, boa parte dos Estados aplica a lógica da cooperação internacional, cujo propósito é buscar soluções conjuntas para a pandemia, por meio de apoio técnico-científico, empréstimo de equipamentos e doações financeiras; havendo nações que deixam a cooperação em segundo plano e tomam decisões de maximizar suas condições de sobrevivência em detrimento de qualquer possibilidade de ajuda ao exterior, decidindo reter equipamentos médicos dentro do próprio território, quebrando com as redes de comércio internacional, e cessando eventuais aportes financeiros feitos a outros países ou mesmo para organizações internacionais. Pode-se perceber que nem mesmo as grandes potências, como Estados Unidos, China, Rússia, Suíça, Inglaterra, etc. São auto-suficientes, também dependem daquilo que vem de fora das fronteiras. O que muda é a forma de reacção diante da crise do coronavírus.

A hipótese deste artigo é que a globalização, por um lado, representa a maior possibilidade de integração económica entre os Estados, mas por outro desencadeia a crise de Estado-nação e leva à fragmentação das capacidades dos países, que vêm sua soberania ser diminuída para adoptar uma política externa de cooperação, como forma de resolver parte dos desafios internacionais aos quais estes se deparam. Esse processo, logo, dá origem à necessidade de construção de relações multilaterais, por meio de acordos de cooperação internacional, como forma de maximizar suas condições de sobrevivência política e económica, principalmente em momentos de crise, quando há influxo de comércio exterior e urge a dependência por apoio técnico para a superação do problema do caso da pandemia do coronavírus. Porém, ainda assim há Estados que actuam de formas a ignorar a cooperação para encontrar uma saída individualista para a pandemia, numa tentativa de reforçar sua capacidade soberana de agir.

Do ponto de vista metodológico, este considera a perspectiva clássica das Relações Internacionais, ou seja, as escolas, para analisar a crise do coronavírus e a reacção dos Estados frente a esse desafio.

A crise de saúde pública causada pelo aumento do volume de pacientes contaminados pelo coronavírus abriu uma série de debates na academia, inclusive acerca do modo como o sistema internacional foi atingido pela pandemia. Logo, devemos compreender que se trata de um problema multidisciplinar, uma vez que desafia diversas áreas do conhecimento. O impacto do novo vírus suscita não apenas uma discussão sobre as

articulações internas aos países para combatê-lo, mas também sobre o modo como os Estados usam as redes de cooperação internacional para tentar encontrar soluções conjuntas para o problema. Expondo dentre outros factores, o efeito das políticas elaboradas nas esferas dos organismos internacionais para as políticas públicas domésticas e a própria fragilidade do termo “soberania” para as Relações Internacionais contemporâneas.

Sabe-se que a globalização é um processo complexo, que força os Estados a actuar de modo interdependente (KEOHANE & NYE, 2012) e que impacta não apenas para as relações económicas, mas também para temáticas ligadas à política e cultura.

Portanto, a resposta de cada Estado para alterações no cenário internacional está relacionado à sua vulnerabilidade ou sensibilidade, o que significa que alguns países tendem a ser mais impactados por mudanças no curto-prazo e, portanto, mais sensíveis, enquanto outras nações possuem grandes custos em alterar suas políticas no longo prazo; logo, mais vulneráveis (KEOHANE & NYE, 2012).

A tradição maquiaveliana e hobbesiana compreendem as Relações Internacionais a partir de uma lógica estado Centrica, sendo que o Estado seria inclinado a construir condições para sua sobrevivência (WOHLFORTH, 2008). Nesse contexto, o papel do governante seria garantir a integridade territorial (MAQUIAVEL, 2010), e somente a actuação de um Estado forte seria capaz de garantir a ordem interna à sociedade (HOBBS, 2017).

A pandemia do novo coronavírus, mais do que levar os Estados a adoptar iniciativas de políticas públicas propostas pela Organização Mundial de Saúde, também forçou os Estados a planejarem acções de cooperação internacional para buscarem a resolução para os diversos problemas relacionados à esta doença. Nesse sentido, mesmo as grandes potências se vêm obrigadas a adoptar esse tipo de estratégia para combater os efeitos do vírus.

Do ponto de vista prático a China como epicentro inicial da pandemia, se ofereceu para auxiliar as equipes de saúde pública dos Estados Unidos, outra nação gravemente atingida pela pandemia. A argumentação chinesa é que, por enfrentarem o problema mais cedo, teriam desenvolvido uma *expertise* para lidar com a nova doença. E neste sentido, a actuação chinesa, vista não apenas em relação aos Estados Unidos, mas também com os países europeus, latino-americanos e africanos, o que representaria uma tentativa de cooperação para mitigar o problema da pandemia da Covid-19, a partir da coordenação dos organismos internacionais, em particular a Organização Mundial da Saúde.

Entretanto, o auxílio oferecido ao governo norte-americano também atenderia a própria necessidade chinesa de contribuir para a recuperação da economia dos Estados Unidos, para não sofrerem um desgaste causado pelos efeitos sistémicos e neste sentido, ligado à sua necessidade de sobrevivência em termos mais gerais.

A reacção norte-americana, por outro lado, demonstra uma visão mais realista: a partir das indicações do presidente Donald Trump, os Estados Unidos começaram a confiscar produtos destinados a outros países, inclusive de aliados europeus, para suprir sua crescente necessidade de aparelhos e equipamentos médicos. Isto, claramente, está relacionado ao imperativo da sobrevivência e neste caso, no seu sentido mais literal. Neste mesmo sentido, a retirada do financiamento da OMS por parte dos Estados Unidos representa uma afronta e uma falta de confiança na coordenação internacional dos esforços levados a cabo contra o Corona vírus, colocando em xeque a actuação multilateral.

A questão que deve ser feita é se, ao utilizar de seu poder no cenário internacional para garantir sua demanda por tais itens, os Estados Unidos não estariam prejudicando seu posicionamento no sistema internacional o que, no médio e longo prazo, poderiam representar prejuízos para o país.

Cabe reforçar que, ao discutirmos Estados Unidos e China, estamos tratando de duas das principais economias do mundo, além de serem dois membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU. Chineses e norte-americanos possuem um grande fluxo comercial entre si e os efeitos de uma eventual crise económica em um país certamente afectaria o outro de forma aguda.

A globalização, que admitimos ser um conceito complexo e muitas vezes de difícil definição teórica, afecta as relações económicas, políticas, sociais e culturais dos Estados (CHESNAIS, 1996; HELD & MCGREW, 2007; SOUSA SANTOS, 2002), também impactando directamente para as localidades (BORJA & CASTELLS, 1997; SASSEN, 2000) e o processo de formulação de políticas públicas, porque insere variáveis não-tradicionais para a elaboração das políticas domésticas (HAY, 2006).

Nesse contexto, os actores sub-nacionais, ou seja, os estados e os municípios, se vêem diante da necessidade de agir rapidamente e de um modo cada vez mais descentralizado, inclusive como forma de atender às pressões internas (BORJA & CASTELLS, 1997; GOODIN, REIN & MORAN, 2006), embora também sejam obrigados a dialogar directamente com as políticas públicas definidas pelas organizações internacionais.

No caso específico da pandemia, significa dizer que o estado é pressionado pelo público interno e também pela comunidade internacional a internalizar as soluções propostas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), como a ideia de isolamento social. Diante disso as cidades e os estados também passam a adequar sua gestão de saúde pública à lógica elaborada pela OMS, demonstrando o quanto as influências do plano externo impactam as políticas públicas nacionais e regionais.

A interpretação do caso do coronavírus mostra o quando os países são impactados pela lógica das organizações multilaterais e demais actores, e se vêem obrigados a adoptar

tais medidas inclusive como força de dar respostas à opinião pública, que toma conhecimento das políticas públicas da OMS por meio da imprensa.

Em Angola já o índice de pobreza monetária estava acentuada muito antes de a covid-19 ter chegado, representando os 41 por cento de angolanos (11.947.270 pessoas) vivem abaixo da linha da pobreza monetária, representando um aumento de cerca de quatro por cento, comparativamente ao ano de 2008, que cifrou-se em 37%.



Foto Nº 1, do Director-geral do INE, Camilo Ceita

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

Os dados constam do Relatório Final do Inquérito de Despesas e Receitas (IDR/2018-2019), apresentado esta quinta-feira, em Luanda, pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). Desse número, perto de 5.303.459 pessoas pobres (mais de 30 por cento) vivem em zonas urbanas e 6.643.811 (57 por cento) vivem em áreas rurais.

Segundo o estudo, a receita mediana total em Angola é de 15.454 kwanzas por mês, com maior realce as receitas laborais, que rondam os 9.735 kwanzas.

“Em Angola temos duas medições, em termos de pobreza. A pobreza multidimensional, que trata do acesso à educação, saúde, electricidade, ao saneamento básico, entre outros factores. Mas hoje tratou-se da pobreza monetária, ou seja, a quantidade de dinheiro necessária para cada um de nós acudir as nossas necessidades, quer da alimentação, quer dos produtos não alimentares”, explicou o director-geral do INE, Camilo Ceita.

Em declarações à imprensa, a propósito do lançamento desse relatório, o responsável apontou as zonas rurais das províncias da região sul de Angola, como as de maior índice de pobreza.

A linha da pobreza no país é de 12.500 kwanzas por mês, ou seja 12 milhões de angolanos estão abaixo deste valor para acudir as suas despesas básicas alimentares e não alimentares, correspondendo os 41% por centos dos 30.000.000 de habitantes.

No que tange as razões que levam esse aumento da pobreza, destaca-se, entre vários factores, a falta de implementações de boas políticas com impacto social, com maior realce para a criação de infra-estruturas e emprego dirigidos aos jovens.

Além desse relatório, o director-geral anunciou a publicação, em Fevereiro de 2020, de outros dados sobre a pobreza multidimensional a nível de todas as províncias do país, tendo em conta que já se apresentou neste mês o índice de pobreza multidimensional a nível dos municípios.

Na ocasião, o director adjunto do INE, Paulo Fonseca, a linha da pobreza só é possível ser calculada a partir do Inquérito sobre as despesas e receitas realizado de 5 em 5 anos, uma vez que o ano de 2008 foi o último ano em que se realizou estes resultados.

O evento que decorreu no Anfiteatro doutora Maria Ferreira, teve como objectivo divulgar o Inquérito sobre Despesas e Receitas (IDR2018-2019).

Boa parte deste estudo foi realizado em todo território nacional, teve a duração de 12 meses, tendo iniciado a 05-03-2018 até 05-02-2019, com objectivo de recolher dados sobre as características sociodemográficas, educação e formação profissional, habitação, posse de bem, etc.

O relatório destacou ainda que em Angola entre as suas 18 províncias, a pobreza é maior nas seguintes províncias: Cuanza Sul, Lunda Sul, Huíla, Huambo, Uíge, Bié, Cunene e Moxico.

Constata-se no relatório que o índice de intensidade da pobreza é de 4%, medida que reflecte a severidade da pobreza, tendo em conta a desigualdade existente entre os pobres.

O relatório aponta ainda que os índices de pobreza apresentam valor altos nas áreas rurais, em relação as zonas urbanas. Ao analisar a pobreza por sexo, o documento revela que não existem diferenças significativas para ambos, sendo superior para os homens com 40,8% e mulheres com 59,2%.

O relatório demonstra, por um lado, que analisando por província destacam-se cinco regiões com o índice de incidência inferior à média nacional, nomeadamente Luanda, Lunda Norte, Cabinda, Cuando Cubango e Zaire).

Por outro lado, as províncias do Cunene, Bié e Moxico apresentam o índice de pobreza, mais elevados 16% e 18%, respectivamente. Com 4%, sendo o índice mais baixo estão as províncias de Cabinda, Luanda e Lunda Norte.

Entretanto, a distribuição do índice de incidência situa-se acima da média nacional nas áreas urbanas das províncias do Bié (53%), Huambo (52%), Lunda Sul (49%), Uíge (45%), Cuanza Norte (44%) e Moxico (43%).

Nas áreas rurais 16 províncias estão acima da média nacional excepto Cabinda (39%) e Lunda Norte (32%). Já as províncias do Moxico (81%) e Cunene (68%) apresentam o maior número de pobres que residem na área rural.

Por seu lado, as províncias do Uíge, Lunda Sul, Huíla e Moxico apresentam os índices de intensidade mais elevados 7% e 9%.

O relatório aponta que a actividade e ocupação do chefe do agregado, influencia na condição de pobreza.

“A pobreza é maior entre a população que vive em agregados cujo chefe está desempregado (43%) do que entre a população residente em agregados em que o chefe está empregado (42%)”, lê-se no documento do INE.

Relativamente à ocupação do chefe do agregado familiar, com base no relatório, a incidência da pobreza é maior entre aqueles que vivem com um chefe de agregado que trabalha por conta própria 51% em relação aos que trabalham por conta de outrem com 27%.

O Relatório de Pobreza para Angola 2020 concluiu que a incidência da pobreza é de 41%.



Foto # 2, Ilustrando a pobreza em Angola. Fonte: Agência de reportagem Lusa

A população cujo chefe do agregado trabalha com familiares representa 56% da classe pobre. Somando-se a tudo isso está a violência que a polícia angolana tem vindo praticar durante a pandemia de Covid-19, que já fez varias vítimas mortais, entre os quais um médico pediatra, empiorando assim o índice existente dos medidos por habitantes.

E contraditório fazer-se protestos e manifestações em tempos de confinamento por causa da covid-19, embora haja extrema necessidade de se por fim a determinadas condutas indecorosas em Angola.

Um protesto organizado por grupos de jovens, entre os quais jornalistas, com o propósito de manifestar indignação pela actuação policial que tem vindo a acontecer, resultando na morte de cidadãos.

Realizou-se um desfile às 13h do Primeiro de Agosto e seguiu até ao Largo das Heroínas. No sábado dia 06 do mesmo mês, foi também anunciada uma “manifestação pacífica e silenciosa” convocada pelo Sindicato Nacional dos Médicos de Angola (SINMEA), para reivindicar e protestar contra os actos de brutalidade policial cometidos para com a sociedade civil, causando mortes. Para o acto esteve em causa a morte de Sílvio Dala, Medico Pediatra. No hospital Américo Boavida nos cuidados intensivos um jovem esteve em coma pelas mesmas razões, disse o responsável do Sindicato Nacional dos Médicos de Angola (SINMEA). Miguel Sebastião acusando a polícia angolana de usar os argumentos legais para facturar, aplicando multas a quem não usa máscara e levando e maltratando na esquadra os cidadãos que não têm dinheiro para pagar. “Prevenção não é matar”, destacou-se,

assinalando que se pretendia uma manifestação pacífica em que a indignação e o repúdio pela morte do médico angolano foram expressadas através de cartazes.

O Sindicato Nacional dos Médicos de Angola (SINMEA), e a família do médico estão a recolher provas para intentar um processo judicial contra a Policia Nacional e este é também um dos objectivos do protesto. “Exigimos que seja feita justiça e é isso que também procuramos, para que quem cometeu estes excessos sejam responsabilizados”, afirmou Miguel Sebastião.

A marcha ocorreu do Largo da Mutamba e percorrer a baixa de Luanda até a Ordem dos Médicos, junto ao hospital Pediátrico David Bernardino numa distância enorme. Tudo isso a covid-19 trouxe em Angola.

CONCLUSÕES

Diante das reflexões feitas neste artigo, pode-se concluir:

✓ A existência de uma dualidade entre cooperar e tomar decisões individualistas para obter a soberania. Ou seja, há uma oposição entre as atitudes de chineses, em termos gerais voltados à cooperação, e norte-americanos, voltados à reafirmação da soberania e através do unilateralismo, diante da pandemia da Covid-19.

✓ Os actores nacionais e organizações internacionais pressionam os Estados a agir de determinada forma, em termos de políticas públicas que muitas vezes estão ligadas às demandas de convergência internacional e contrastam com as atitudes dos governos centrais de cada país.

✓ A globalização, representada aqui pela construção de políticas públicas no âmbito dos organismos internacionais e das relações entre actores nacionais, levam à fragmentação da ideia de soberania, uma vez que boa parte dos países precisa cooperar, em múltiplos níveis, para resolver o problema global da pandemia, porque há pressões internas demandando que se crie uma agenda de cooperação. Todas essas pressões levam, no fim, ao enfraquecimento do poder soberano do Executivo central dos EUA.

✓ A interpretação das acções dos Estados Unidos é a prova de que há, em alguns casos, o reforço da soberania por meio de reacções realistas, embora sejam questionáveis os resultados dessas atitudes no sistema internacional.

✓ O mercado de trabalho mundial foi afectado pela pandemia da COVID-19 em 2020 desestruturando a mais alta economia mundial (Estados Unidos) e o resto do mundo, invocando a taxa de desemprego mais alto da história humana. O avanço do desemprego tecnológico na agricultura, da indústria e nos serviços ao longo das últimas décadas foi amplificado pela crescente integração da economia americana com o Leste Asiático, especialmente com a China, o que tornou a desindustrialização relativa particularmente grave.

✓ A *gig economy*, também chamada de uberização, criou um mundo de trabalhos ocasionais, mal remunerados e instáveis para milhões de pessoas. Estima-se que 40% dos

norte-americanos realize algum tipo de actividade remunerada através de algum aplicativo em 2020. Estas indicações são apenas a face mais visível de uma estrutura de emprego que se deteriorou bastante ao longo dos últimos anos.

✓ O mundo passou por transformações de grande vulto: o fim do acordo de Bretton Woods e a III Revolução Industrial e agora a Covid-19. Restringindo de várias formas a actuação dos Estados na economia, que passou a desregular os mercados e a gerar menos empregos.

✓ A produção da subsistência de uma sociedade consumista como a que se tornou o planeta terra, ainda que haja alguma desindustrialização em curso e que as importações tenham peso crescente, passa a requerer parcelas cada vez mais diminutas da população economicamente activa e menos ainda da totalidade da população.

✓ Em termos da população total de Angola, dos mais de 29 619 159, dos quais 49,5% são do género masculino e 50,5% do género feminino. E a morte sem o covid-19 neste ano representou 288 884.

✓ A taxa de desemprego subiu consideravelmente no segundo trimestre de 2020, aumentando quatro pontos percentuais face ao ano passado, estima-se em 32,7% e em cerca de 4,7 milhões de desempregados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Rubem. **300 Pílulas de Sabedoria**. São Paulo: Planeta, 2015.
- BARBOSA, Vilmar do Vale. “**Materialismo Histórico**” in REZENDE, António. *Curso de Filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002, pp. 173-195.
- ESOPO. **Assembleia dos Ratos**. Blumenau: Todo livro, 2010.
- LISPECTOR, Clarice. **La Passione secondo G.H. ALETTI**, Adelina (trad.). Milano: Feltrinelli, 1991.
- MARCONDES, Danilo. **Textos básicos de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- ORWELL, George. **A Revolução dos Bichos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a cegueira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- SHAKESPEARE, William. **Rei Lear**. São Paulo: L&pm, 2001.
- VASQUÉZ, Adolfo Sánchez. **As Idéias Estéticas de Marx**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- BIERSTEKER, Thomas. **State, sovereignty and territory**. In: CARLSNAES, Walter; RISSE, Thoma; SIMMONS, Beth (ed.). **Handbook of International Relations**. Londres: SAGE Publications, 2002, p. 207-235.
- BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel. **Local and the Global: Management of Cities in the Information Age**. Londres: Earthscan, 1997.
- CHESSNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

- FINNEMORE, M. e SIKKINK, K. **International Norm Dynamics and Political Change**, **International Organization**, vol. 52, no. 4, 1998, pp. 887–917.
- GILARDI, F. **Transnational diffusion: norms, ideas, and practices**. In: WALTER CARLSNAES, T. R. A. B. S. **Handbook of international relations**. Thousand Oaks: Sage Publications, 2012. p. 453-77.
- GOODING, Robert E.; REIN, Martin; MORAN, Michael. **The Public and its Policies**. In: MORAN, Michael; REIN, Martin; GOODIN, Robert E. (ed.). **The Oxford Handbook of Public Policy**. Oxford: Oxford University Press, 2006, p. 3-27.
- GRIECO, Joseph. "**Understanding the Problem of International Cooperation: The Limits of Neoliberal Institutionalism and the Future of Realist Theory**", In: Baldwin, D.A., **Neorealism and Neoliberalism: The Contemporary Debate**. New York, Columbia University Press, 1993, pp. 301-338.
- HAFTECK, P. **An introduction to decentralized cooperation: definitions, origins and conceptual mapping**. *Public administration and development*, v. 23, p. 333-345, Junho 2003.
- HAY, Collin. **Globalization and Public Policy**. In: MORAN, Michael; REIN, Martin; GOODIN, Robert E. (ed.). **The Oxford Handbook of Public Policy**. Oxford: Oxford University Press, 2006, p. 587-604.
- HELD, David, McGREW, Anthony. **Globalisation Theory: approaches and controversies**. Cambridge: Polity Press, 2007.
- HOBBS, Thomas. **Leviathan**. Londres: Penguin, 2017.
- JERVIS, Robert. **Cooperation under the Security Dilemma**. *World Politics*, v. 30, n. 2, 1978, pp. 167-214.
- KEOHANE, R. O. **International Institutions and State Power**. Boulder, Co., Westview Press, 1989.
- KEOHANE, R. O.; NYE, J. S. **Power and Interdependence**. 4. ed. New York: Longman, 2012.
- KRASNER, Stephen D.. **Causas estruturais e consequências dos regimes internacionais: Regimes como variáveis intervenientes**. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, v. 20, n. 42, p.93-112, jun. 2012.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Penguin, 2010.
- MALÉ, J.-P. **Especificidades de la cooperación descentralizada pública: actores, contenidos y modelos**. 1ª Conferência Anual do Observatório de la Cooperación Decentralizada - Unión Europea/América Latina. Montevideo: Decentralized Cooperation Observatory. 2006.
- NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. São Paulo: GEN Atlas, 2005.

PORTO DE OLIVEIRA, O. **Embaixadores da participação: A difusão internacional do Orçamento Participativo a partir do Brasil**. 292 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

RODRIGUES, Gilberto Marcos Antonio Rodrigues. **A Organização das Nações Unidas e as políticas públicas nacionais**. In: BUCCI, Maria Paula Dallari (org.). Políticas públicas e direito. São Paulo: Saraiva, 2006a.

Democracia: nova fronteira da ONU. In: RODRIGUES, Thiago; ROMÃO, Wagner de Melo (org.). **ONU no século XXI: perspectivas**. São Paulo: Desatino, 2006b.

ROMERO, Maria. D. H. **Una aproximación contextual y conceptual a la cooperación descentralizada. Valparaíso e Barcelona: Dencentralized Cooperation Observatory**, 2004.

SASSEN. Saskia. **Cities in a World Economy**. 2nd ed. Thousand Oaks: Pine Forge Press, 2000.

STONE, Diane. **Learning lessons, policy transfer and the international diffusion of policy ideas**. London: **Centre for the Study of Globalization and Regionalization**, fev. 2000, pp. 1-43.

TAVARES, R. **Paradiplomacy: Cities and states as global players**. New York: Oxford University Press, 2016

WALTZ, Kenneth N. **Theory of International Politics**. New York: McGraw-Hill, 1979.

WOHLFORTH, William. **Realism**. In: REUS-SMIT, Christian; SNIDAL, Duncan (ed.). **The Oxford Handbook of International Relations**. Oxford: Oxford University Press, 2008. p. 131-149.

WEBGRÁFIAS

Sites: acesso 19/04/2020:

<https://www.brasildefato.com.br/2020/01/19/bilionarios-tem-mais-riqueza-que-60-da-populacao-mundial-indica-relatorio-da-oxfam>.

<https://www.jb.com.br/economia/2019/09/1017172-os-10-maiores-bilionarios-do-brasil-em-2019.html>.

https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/06/politica/1573049315_913111.html.

<https://exame.abril.com.br/brasil/brasil-mantem-posicao-no-indice-de-desenvolvimento-humano-em-2019/>.

<https://www.bea.gov/data/intl-trade-investment/international-trade-goods-and-services>. Acesso em: 19 de Abril de 2020. E disponível em: <https://www.census.gov/foreign-trade/index.html>. Acesso em: 19 de abril de 2020

<https://www.amp-dw-com.cnd.ampproject.org>